

## JAMOR, JÁ E DEPOIS

Sabendo que os devastadores impactos das alterações climáticas nas zonas costeiras são crescentes sobretudo em países como Portugal.

Sabendo que os planos de ordenamento do território nacionais e comunitários se opõem claramente à construção no litoral defendendo a conservação, restauro e qualificação das zonas ribeirinhas e costeiras cada vez mais importantes para a segurança e saúde pública das populações.

Sabendo que especificamente o recente Plano Metropolitano de Adaptação às Alterações Climáticas (PMAAC-AML) evidencia a vulnerabilidade da zona estuarina do Tejo a eventos climáticos extremos, subida do mar, cheias, galgamentos, sobrelevação da ondulação, erosão e recuo da linha de costa.

Sabendo tudo isto, uns promotores imobiliários, de braço dado com a Câmara Municipal de Oeiras, continuam a pretender instalar um megaprojeto na margem do rio Jamor a escassos metros do Tejo.

O Vale do Jamor é simultaneamente uma zona fronteiriça ao arriscadíssimo temporal atlântico, é leito de cheia e zona de inundação e ainda



### Qualidade Devida Luísa Schmidt

sociedade@expresso.imprensa.pt

possui uma frente de mar e uma área verde tampão ligada ao simbólico complexo desportivo nacional, além de ser em parte Domínio Público Marítimo.

A zona tinha algumas unidades industriais (aliás, com graves problemas de amianto ainda não resolvidos), e os terrenos estavam indicados no PDM de Oeiras de 1994 como futuras zonas naturais e de equilíbrio ambiental. E assim venderam-se barato, pois neles não se podia construir.

Ora, é para ali que surge o projeto 'Porto Cruz', em cima da foz do rio Jamor e a alguns metros do Tejo, constituído por uma marina rodeada de um conjunto de 6 blocos com 10 a 17 andares edificadas sobre um

gigantesco embasamento de mais dois pisos preparados para o estacionamento de cerca de um milhar de carros e para proteger do risco de cheias os edifícios que ficam acima dos dois pisos. Contudo, além de não ser proteção suficiente, tal irá por sua vez agravar a exposição ao risco das populações que habitam as zonas baixas da Cruz Quebrada e Dafundo devido à impermeabilização da foz.

É um erro avançar com este pesado. Por mais que a autoconfiança de algumas engenharias digam o contrário, é uma questão de segurança, de economia e de racionalidade das políticas de território sobre o litoral nos tempos que correm: os custos futuros de proteção, de reabilitação e salvaguarda do que agora se aprovar, vão ser faturados ao Estado, ou seja, a todos nós, direta ou indi-

retamente. O erro de hoje vai custar caro aos portugueses de amanhã e de depois de amanhã.

Não é só, aliás, o Vale do Jamor que está em causa. A suspensão de ocupações permanentes e pesadas no litoral está recomendada por todos os estudos dos últimos anos e espera-se que seja contemplada na Lei do Clima em elaboração neste momento na Assembleia da República.

Já basta a despesa que vai inevitavelmente constituir a adaptação de muitas infraestruturas públicas que foram noutros tempos colocadas junto à costa: ETAR, instalações portuárias, rodovias e linhas de comboio (Lisboa-Porto e outras, como a do Estoril).

No momento em que é preciso encarar a real necessidade de relocalizar estruturas, habitações, atividades económicas para evitar que a subida do nível do mar e acontecimentos extremos climáticos produzam consequências catastróficas, é um óbvio contrassenso assistir à promoção de uma urbanização à beira Tejo e frente ao mar.

Já existem fortes movimentos cívicos — 'Vamos Salvar o Jamor' e 'Evoluir Oeiras' — e o projeto está em consulta pública até 22 de março.

### O erro de hoje vai custar caro aos portugueses de amanhã e de depois de amanhã